

## EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO RIO DE JANEIRO

Erlando da Silva Rêses<sup>1</sup>

O presente artigo apresenta uma análise sociohistórica da formação do sindicalismo docente da educação básica na antiga sede do poder central brasileiro, o Rio de Janeiro, a partir de um levantamento bibliográfico, documental e de entrevistas. Nesta capital, o movimento operário realizou intensa mobilização, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. E a educação pública brasileira, como se encontrava neste período? Quais as condições objetivas para a formação do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro? A organização anarquista iniciou esta jornada no setor educacional, mas não prosperou e a cidade foi palco da criação de um dos primeiros sindicatos de professores do país da oficialidade estatal e de uma experiência de organização de professores da rede pública, antes do golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente, Sinpro-Rio, APEG

### **Rio de Janeiro – Palco das primeiras mobilizações sindicais dos professores da educação básica**

*“Uma greve não é um acontecimento comum no Brasil. Se a greve é de professores, trata-se de caso ainda mais raro. E se os professores são mineiros, o caso assume proporções de fenômeno único. O que teria levado as pacatas, dóceis e modestíssimas professoras da capital e do interior de Minas Gerais a assumir esta atitude, senão uma razão também única, fora de qualquer motivação secundária e circunstancial? Uma razão de sobrevivência? É o que toda gente sente e pensa diante de centenas de municípios onde as mestras cruzaram os braços e aguardam a palavra do governador do Estado.”*

*(Carlos Drummond de Andrade, Jornal do Brasil, 16/06/79)*

A primeira reunião de professores, mesmo que dispersa, remonta ao século XIX. Aconteceu no Rio de Janeiro, então capital do País, em 1873, por iniciativa do governo, na intenção de focalizar a situação educacional. Compareceram apenas professores da

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Teoria e Fundamentos da Universidade de Brasília (UnB) e membro do GEPT (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) do Departamento de Sociologia da UnB (Brasil). E-mail: [erlandoresses@uol.com.br](mailto:erlandoresses@uol.com.br).

cidade. Em 1879 registra-se, em Pernambuco, a existência de um Grêmio de Professores Primários, que procurava ampliar a instrução entre os associados e cuidar do bem-estar dos mesmos (Cunha, 1981). Em 1883, também no Rio de Janeiro, realizou-se uma Conferência Pedagógica que aglutinou os professores das escolas públicas e particulares.

Já com a instauração da República (1889), o Governo não mais convocou reuniões e conferências com os professores, como decorrência de um dos ideais republicanos de deixar as ações emergirem livremente da sociedade e também do fim da união entre Estado e Igreja e a conseqüente opção por uma educação laica.

A política educativa durante a primeira república, em alguma medida, “*universalizou no Brasil a idéia de uma rede de ensino primário, público, gratuito e laico*” (Nosella, 1998:166), sendo impulsionada pelas Escolas Normais e pelos Grupos Escolares. Apesar das dificuldades de organização dos professores, por conta basicamente do grau de elitismo nas escolas normais, as experiências anarquistas do início do século XX registrou certa relação entre sindicalismo e educação.

A organização anarcossindicalista só se constituiu de fato, entre os professores, no início dos anos de 1930, como alternativa àquele que se vinculava ao sindicalismo oficial. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, de inspiração anarquista, foi fundado em julho de 1931 e em novembro aparecem as últimas notícias sobre o seu funcionamento; portanto, teve vida efêmera<sup>2</sup>, como um sindicato “paralelo”. Observa-se que a tendência dos anarquistas em fundar o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro aponta para uma posição identitária do professorado com a designação de *trabalhadores*, no começo dos anos 30. A proposta desse grupo era de defender os interesses dos professores, inspetores e auxiliares de ensino, que definiu que a organização seria livre e leiga e sem adoção de credo religioso e político. A mesma recusou-se a se submeter à aprovação e controle do Ministério do Trabalho, ao Registro de Professores no Departamento Nacional de Ensino e aos exames em estabelecimentos particulares (Coelho, 1988).

Os acráticos receberam negativamente as medidas sociais do novo governo, ainda mais em se tratando de uma política coercitiva do Ministério do Trabalho. Essa posição é explicável pelo caráter de espontaneísmo ideológico dos anarquistas e pelo combate às formas de organização. Para a corrente dominante no Brasil – os anarcossindicalistas –,

<sup>2</sup> “Diário de Notícias” de 20/09/1931 e “O Globo” de 24/11/1931. Cf. Coelho, 1988.

o sindicato deve ser fundado livremente, sem a subordinação a ninguém, e muito menos ao Ministério do Trabalho.

Posteriormente, este grupo oposicionista decidiu participar da organização da estrutura sindical oficial dos professores. Tanto é que os principais líderes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro também integraram a primeira diretoria provisória do Sindicato dos Professores<sup>3</sup>.

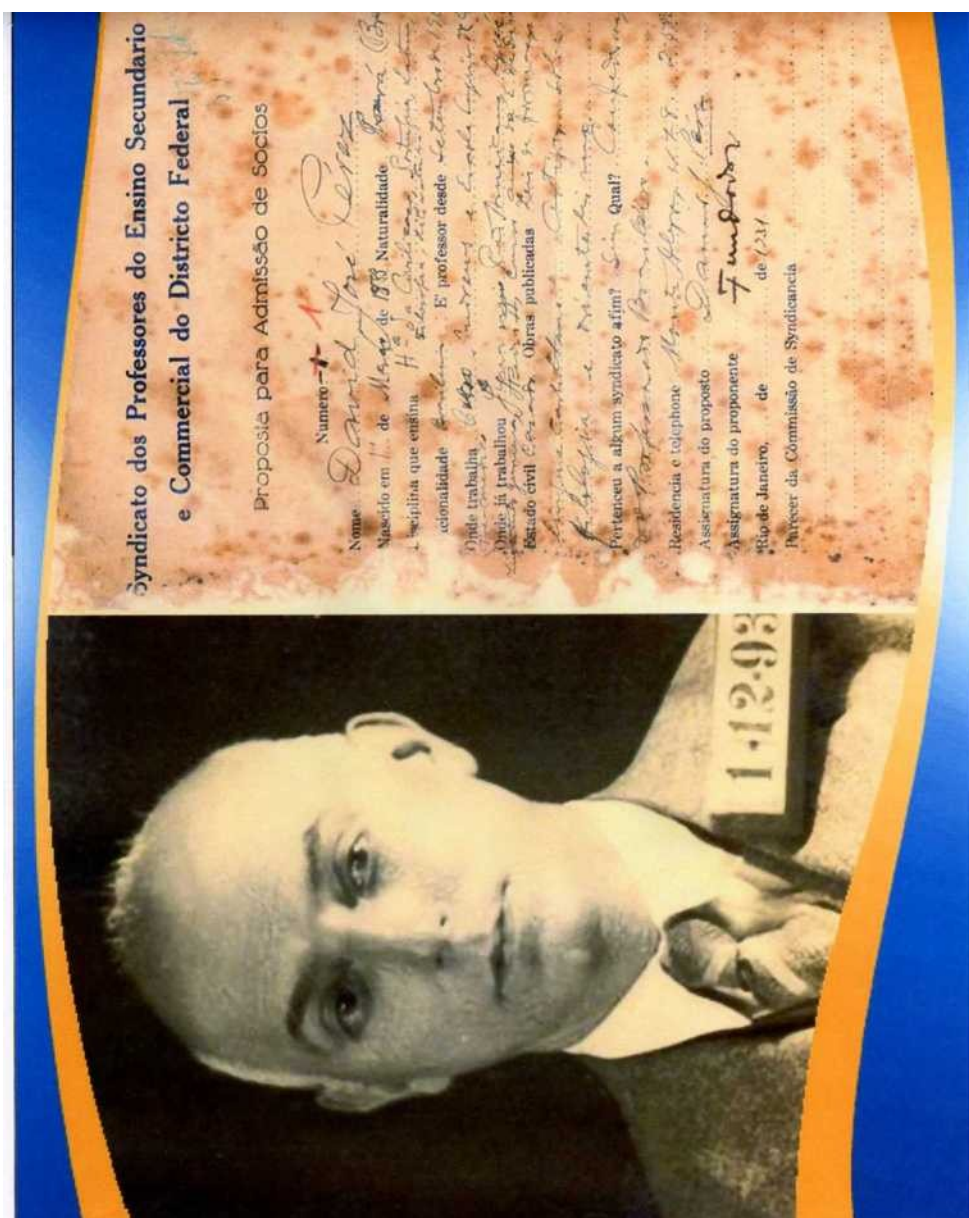


Foto de David José Pérez, membro-fundador do sindicato dos professores, e sua ficha de

<sup>3</sup> Dentre eles David José Pérez e Hugo Antunes. Este último, inclusive, é citado na abertura do Congresso de fundação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB), realizado no Rio de Janeiro de 26 de abril a 1º de maio de 1929 (Dulles, 1977).

filiação em 1931. Esta foto foi gentilmente cedida pelo Projeto Memória do Sinpro-Rio.

Os trotskistas também decidiram participar dos sindicatos regulados por lei. Mário Pedrosa, fundador do movimento trotskista brasileiro, reconhece a necessidade de militar nestes sindicatos, “*percebendo que os operários optavam por estes, deixando vazios os chamados sindicatos-livres*” (In: Dulles, 1977:417). É Tanto que Rodolfo Coutinho, ativista do movimento trotskista, assumiu o cargo de vice-presidente do sindicato dos professores no período de 1934 a 1935.

O número de filiações no Sindicato dos Professores saltou de 46 em 1931 para 318 em 1932 (Brasil, 1935). Um indicativo de interesse que o governo utilizava como estratégia de amenização de conflitos era a eleição dos deputados classistas à Assembléia Nacional Constituinte, da qual só participavam os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. A União dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro apresentou 263 associados para indicar seus delegados a Convenção Nacional, para escolha dos deputados, marcada para 20 de julho de 1933 (Stotz, 1986). Em junho do mesmo ano os professores elegeram o seu delegado numa disputa acirrada em Assembléia da categoria (Coelho, 1988).

Maria Hermínia Tavares de Almeida, pesquisando sobre a ocorrência de greves no período de 1930 a 1945 em São Paulo, sugere como um dos fatores decisivos para o êxito do enquadramento à estrutura sindical legal a “*fraqueza orgânica das entidades classistas*” (Almeida, 1978:221). Contudo, Eduardo Navarro Stotz, que também fez análise de ocorrências de greves, porém no Rio de Janeiro no período de 1932 a 1945, assegura que mesmo as entidades submetidas ao enquadramento sindical “*opunham-se aos interesses do capital e, não raramente, faziam uso da greve como instrumento de luta*” (Stotz, 1986).

De acordo com Coelho (1988) a experiência mutualista favoreceu diretamente o surgimento da organização sindical dos professores do Rio de Janeiro, com a experiência da CPB. Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, como destaca Aziz Simão: “*as mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário (...) Mas*

*não deram origem ao sindicalismo que apareceu quase na mesma época”* (Simão, 1966:162).

Embora as primeiras iniciativas de organização do magistério tenham contado com a participação ativa de militantes anarquistas, que chegaram a organizar um sindicato livre de trabalhadores da educação de curta trajetória (Coelho, 1988), os professores aceitaram sem maiores questionamentos as normas de enquadramento sindical estabelecidas pelo governo Getúlio Vargas, quando da oficialização da representação sindical no país, momento em que foi criado o primeiro sindicato de professores do Brasil, o do Rio de Janeiro, então congregando, somente, o magistério de ensino secundário (Masson, 1997).

De 1890 a 1920 o Poder Público se interessou apenas pela manutenção de estabelecimentos-padrão que serviram de modelo para as demais escolas secundárias do País. A União não atendeu os apelos republicanos de ampliação das oportunidades de ensino nos curso ginásial e seriado. A mesma limitou-se a conservar, na Capital da República, o Ginásio Nacional, ou seja, o Colégio Pedro II, com o seu Internato e Externato. As estatísticas comprovaram, portanto, ser a iniciativa privada que praticamente assumiu a responsabilidade de ministrar no país o ensino secundário. Por exemplo, *“em 1920 enquanto as unidades oficiais de ensino secundário, com 603 professores, atendem a um quarto dos 52.077 alunos inscritos, as 588 escolas particulares, com 3.840 professores cuidam dos outros 3/4 de estudantes”* (Braga apud Nagle, 1976:339).

Esta escassez de estabelecimentos de ensino determinou o caráter altamente seletivo do ensino secundário. Somou-se a esta baixa quantidade a baixa fração de jovens com oportunidade de estudos secundários. Conforme o Censo Geral de 1920, havia no Brasil cerca de 06 milhões de jovens entre 12 e 20 anos, de ambos os sexos, em idade de receberem instrução secundária. Acontece que *“nem mesmo um por cento deles recebe (...) a instrução que pelo menos cinco por cento deveriam estar recebendo, isto é, uma instrução secundária proveitosa, de integração seriada e crescente”* (Braga apud Nagle, 1976:339).

Padrões econômicos sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuíram para que este nível de ensino fosse seletivo e, sobretudo, preparatório para o ensino superior.

Além de reduzidas em quantidade, as escolas secundárias – públicas e particulares – por suas taxas, selos e contribuições concorreram para que fossem pagas e também caras, que praticamente jovens afortunados se beneficiavam do seu ensino. Os poucos menos afortunados se beneficiavam com bolsa de estudos gratuita, marcando de maneira particular as tradições do Colégio Pedro II e, de outro lado, o regime dos preparatórios parcelados que, de certo modo, diminuía as despesas, principalmente as que se relacionavam com as taxas de matrícula e frequência. Nestes termos, pode-se dizer que o ensino secundário brasileiro, encaminhando para os cursos superiores, e conseqüentemente, para as carreiras e profissões de prestígio, não foi senão um instrumento de manutenção de *status* social elevado (Nagle, 1976).

Os exames de preparatórios foram extintos pelo decreto 16.782-A de janeiro de 1925 (Reforma Rocha Vaz) e substituídos pelo regime de séries regulares com 5 ou 6 anos. Este último ano, que envolvia as disciplinas de literatura brasileira, literatura das línguas latinas, história da filosofia e sociologia, era optativo, mas ao cursá-lo com êxito, o aluno recebia o título de Bacharel em Ciências e Letras (Nagle, 1976).

Jorge Nagle destaca que a volta dos exames de preparatórios deveu-se à necessidade do poder público atender os interesses contrariados da clientela da escola secundária para quem os novos dispositivos legais perturbavam o prosseguimento dos estudos no ensino superior e atendiam cada vez mais a clientela das camadas sociais menos privilegiadas. As mudanças na estratificação social em meados da década de 1920 não provocaram repercussões neste ramo de ensino. Os valores e a cultura que a sociedade agrário-comercial sustentava foram o do bacharelismo e do empreguismo, o que afetava a estrutura do ensino secundário. Os setores intermediários – a “classe média” – seriam um elemento a pressionar, nesse sentido, desde que encontrassem na escola secundária um dos poucos canais de ascensão social. Acontece que essa camada social era pouco atuante como força social e sem poder de pressão.

A larga difusão dos exames fez com eles fossem mais procurados que os seriados. Isto fazia com que os alunos se preparassem com aulas particulares sem frequentar os cursos preparatórios oferecidos pelas escolas particulares. Essa situação viabilizava o exercício do trabalho docente como atividade liberal. O profissional imbuído dessa função oferecia os seus serviços àqueles alunos que podiam pagar pela preparação para os

exames, ao mesmo tempo, que era empregado do Estado ou de empresa privada de ensino. Portanto, não dependiam exclusivamente dos salários do magistério oficial.

Este fator pode ter contribuído para o retardamento de uma consciência e sentimento de categoria e da necessidade de uma organização sindical. Poucos professores se dedicavam exclusivamente às aulas particulares; muitos acumulavam horas de trabalho em outros cursos e colégios. O maior exemplo disso é que no final da década de 20 funcionava, além do colégio Pedro II, um grande número de estabelecimentos particulares de ensino, leigos e religiosos que ofereciam cursos seriados e preparatórios para o ensino superior. A Confederação do Professorado do Brasil apresentava em seu Almanaque de Ensino a existência de 65 destes estabelecimentos de ensino. Nestas instituições escolares os professores percebiam salários exclusivamente por aulas ministradas, sem direito a pagamento de feriados, dias festivos e período de férias escolares.

A Reforma Francisco Campos, de 1931, constituiu um conjunto de medidas na política educacional que criou a base material para a expansão da categoria de docentes na rede privada ao longo da década de 1930. Ela foi responsável pela organização de um sistema nacional de modalidades de ensino, dentre elas o ensino secundário e comercial, tornando-o obrigatoriamente regular e presencial, além de oficializar a rede privada de ensino. Com isso, o professor perdeu a identificação como profissional liberal para ser assalariado.

Conforme foi demonstrado anteriormente, a rede pública de ensino era incipiente e caótica, o que motivou muitos profissionais da educação a procurarem a rede privada, que estava em expansão. Situação essa, que gerou, posteriormente, uma queda no padrão de vida desses profissionais, por causa da nova realidade salarial oferecida pelas escolas privadas.

Desde a fundação do Sindicato dos Professores a orientação que prevalecia era o da existência de uma organização estritamente profissional, sem finalidade política ou ideológica e em colaboração com o Ministério do Trabalho. Neste sentido, o estatuto cumpria as exigências estabelecidas pelo Ministério, dentre elas: 1) abstenção no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias de caráter social, político ou religioso, bem como de candidatura a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidades das associações; 2) Para a sua constituição são

necessários pelo menos 30 associados com maioria de dois terços de brasileiros, e os cargos da administração e de representação ocupados por maioria de nacionais; 3) O mandato é anual e os serviços de administração são gratuitos; 4) Três ou mais sindicatos, por sua vez, podem formar federações nos Estados, e as confederações também tem que ser reconhecidas pelo Ministério (Brasil, 1940).

Com relação a este último item, o Sindicato dos Professores ajudou a fundar em setembro de 1931 a Federação do Trabalho, constituindo organismo que congregava exclusivamente as organizações sindicais oficialmente reconhecidas (Coelho, 1988).

Não tarda muito para o Sindicato ver frustradas as suas expectativas com o Governo, de quem esperava medidas favoráveis ao magistério privado, mesmo tendo um deputado classista como representante no parlamento. Sem conseguir o pagamento das férias e a regulamentação dos contratos de trabalho, ele aproxima-se das forças de oposição e propõe a formação de cooperativas de ensino como forma de recuperar as perdas salariais com o sistema salarial vigente.

Com diretorias afinadas com o perfil da “esquerda”, a organização sofre outra derrota do governo Getúlio Vargas, a partir do "Levante Comunista" de 1935, que começou a perseguir as entidades sindicais não atreladas ao Governo, incluindo-se aí o Sindicato dos Professores, denominado de "sindicato comunista" numa reportagem anônima do jornal “O Globo” de 06/12/1935. A repressão resultou na cassação da sua carta sindical, em 1937. No ano seguinte, ainda na vigência do Estado Novo, o sindicato obteve uma nova carta sindical, quando tomou posse uma nova diretoria aliada do Governo (Coelho, 1988).

Em 1940 a categoria viu suas antigas reivindicações serem atendidas através de um decreto governamental. O governo realizou o pagamento das férias e reconheceu que se aplicavam aos professores todos os preceitos da legislação de proteção e assistência aos trabalhadores e de previdência social. O Governo de Getúlio Vargas, agora com perfil populista, visava conter a insatisfação dos trabalhadores devido às restrições aos direitos trabalhistas: arrocho salarial, corte de férias, aumento da jornada de trabalho e aumento do custo de vida; por isso, precisava adotar medidas urgentes e preventivas ao crescimento da reorganização dos movimentos sociais. Tudo por conta do ingresso do Brasil na II Guerra Mundial (Coelho, 1988).

O Sindicato dos Professores, no ano de 1943, com a denominação modificada para Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro,



foi administrado por uma Junta Governativa, nomeada pelo Ministério do Trabalho. Esta Junta implementou as seguintes atividades: a) lançamento de um boletim informativo; b) organização dos serviços de secretaria e tesouraria; c) instalação de gabinete dentário; d) envio de anteprojeto de lei, ao Ministério da Educação e Saúde, sobre a remuneração do magistério, e a articulação em todo o país de um memorial com as aspirações do professorado particular. Deste memorial constavam, entre outras questões, as novas bases para a remuneração, efetivação do Registro dos Professores e a aposentadoria aos 25 anos de trabalho. Em 1945 o Governo editou uma Portaria Ministerial modificando a fórmula do cálculo da remuneração mínima, propiciando um aumento salarial de 33% para os professores do ensino secundário da rede privada (Coelho, 1998).

A “redemocratização” do país e uma política econômica liberal, ocorridas no pós-guerra, favoreceram os entendimentos entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino. Com isto, tornou-se possível a assinatura do primeiro Acordo Coletivo de Trabalho, em março de 1947, que assegurava um reajuste salarial, percentuais por tempo de serviço e gratuidade para filhos de professores nas escolas em que lecionassem.

Em setembro de 1946, como resultado do Congresso Sindical Nacional, foi formada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Esta Confederação, no entanto, teve uma vida efêmera, pois, em 1947, num retrocesso às conquistas democráticas, o Governo Dutra, além de conseguir cassar o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), suspendeu o funcionamento da Confederação e interveio em centenas de sindicatos. Apesar do cerceamento da democracia e do fechamento da CTB, em julho de 1947, diversos Sindicatos de Professores do país, com exceção do Estado de São Paulo, deliberaram fundar a Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE). No ano seguinte, a Federação começou a se viabilizar quando diversas assembleias de Sindicatos ratificaram a sua criação (Coelho, 1998).

Em 14 de junho de 1976 o sindicato passou a denominar-se Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio), e a partir de 2000 recebeu a denominação atual – Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – depois que ampliou a sua base territorial para os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica.

Hoje o SINPRO-Rio representa os professores da iniciativa privada da educação básica, do ensino superior, dos cursos livres, dos cursos preparatórios de ensino profissional,

inclusive os não seriados, dos cursos de línguas na Cultura Inglesa e da Aliança Francesa. O sindicato possui cerca de 16 mil filiados em situação legal, majoritariamente da rede privada, e recolhe uma contribuição mensal de 10 reais de cada associado.

A entidade é filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FETEERJ) e se organiza territorialmente por meio de zonais: Centro, Sul, Tijuca, Jacarepaguá/Barra, Leopoldina, Ilha do Governador, Central e Oeste e por delegacias sindicais, que são as subsedes de Campo Grande e Barra da Tijuca.

O SINPRO-Rio fundou, em 2000, um espaço de formação para sua base: o Centro de Estudos e Atualização em Política e Educação (CEAPE), conhecido como “*Escola do Professor*”. Esta Escola possui uma intensa programação semestral com cursos de línguas estrangeiras, cursos de atualização, curso de artesanato, oficinas de criação literária, teatro de cordel, contação de histórias e animação, cursos de informática, atividades culturais no Rio de Janeiro e SindTour, ciclo de palestras e seminários. Ele oferece ainda, aos seus associados, assistência jurídica e convênios com empresas de auto-escola, autopeças e mecânicos, dentistas, fonoaudiólogos, laboratórios e farmácias, médicos, nutricionistas, óticas, psicólogos e terapeutas, restaurantes, dentre outros.

Quanto aos professores da rede pública, a proibição da sindicalização, que vigorou até os anos oitenta, não impediu, entretanto, que suas primeiras organizações fossem constituídas na primeira metade do século XX (Masson, 1989). Destaque-se que com o aumento gradativo da oferta de cursos de licenciatura pelas faculdades de filosofia foram criadas associações especificamente destinadas a congregar professores licenciados, numa aparente manifestação de afirmação profissional destes, como é o exemplo da criação das associações de licenciados de Santa Catarina e da Bahia. No entanto, apesar da grande maioria das associações de professores terem sido criadas nos anos 50 e 60, foi a partir do final dos anos 70, concomitantemente à crise da ditadura militar, que o magistério da rede pública intensificou seu processo de mobilização sindical (Masson, 1997).

No caso do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, aconteceu uma experiência de organização dos professores da rede pública antes do Golpe Militar de 1964. Trata-se da Associação de Professores do Estado da Guanabara (APEG). Nenhum registro escrito

foi encontrado sobre essa organização; contudo, um dos fundadores e entrevistando dessa pesquisa apresenta aspectos de sua história.

Antes do Sepe, teve uma outra experiência, pré-64, que foi a chamada APEG-Associação de Professores do Estado da Guanabara. Essa associação praticamente se vinculava aos professores da Rede Estadual. Ela foi fundada e a leitura dela não era a questão salarial como centro. A questão central dela era a formação de professores, a formação cultural dos professores. Nós tivemos vida por dois anos, eu fui um dos fundadores. Tinha preocupação sindical também, inclusive, uma das condições fundamentais estatutárias da APEG era de reforçar o sindicato dos professores. Era um elemento fundamental porque, na verdade, naquela época nós achávamos que o Sindicato dos professores era o caminho natural para a luta de todos os professores aqui do Rio de Janeiro. A APEG inclusive não se propunha a ser uma coisa separada do sindicato nas lutas salariais. Inclusive um dos diretores do sindicato dos professores, que era também professor do Estado, foi um dos fundadores do APEG (...) Então nós fundamos essa associação: Associação de professores do Estado da Guanabara. Nós tínhamos a necessidade de aglutinar os professores do Estado. E isso antecede ao grande concurso. O concurso vem na década de 70 e a APEG já estava num processo de formação de tentar organizar os professores para tentar estabelecer parâmetros de formação cultural, de discussão política, de trabalhar a questão da sociedade brasileira junto aos professores. Então, após o golpe de 64 ela foi fechada.

Esta relação da APEG, de agregação de professores públicos com o Sindicato dos Professores, de agregação de professores do ensino particular, ainda é explicada pelo participante da pesquisa.

A bem da verdade aqui no Rio você teve uma existência de um magistério, o chamado ginásio científico, muito vinculado ao particular, o que deu origem a uma organização dos professores em defesa dos seus direitos, que foi o caso do Sindicato dos Professores Secundários e do Comércio. Você tinha o colégio daqui no nível de científico e clássico e tinha a presença muito forte das escolas particulares, tinha as escolas religiosas, muito fortes, e tinha algumas empresas mesmo de segundo grau, e o chamado primário. O ginásio científico tinha isso, você corria o Rio de Janeiro todo com colégios particulares e no primário, ao contrário, uma presença forte da prefeitura do Rio de Janeiro, o Distrito Federal (...) A APEG se voltou muito mais para o professor do Estado, do ginásio, do científico. O primário, eu tenho a impressão que se você pesquisar bem, pouquíssimas escolas trabalhavam com o primário.

Esse discurso do professor sobre a forte presença das escolas particulares e a situação caótica da escola pública corrobora com o quadro da educação de desestruturação da educação pública apresentado acima. Sobre o ensino primário e a situação do professor da rede pública e sua condição ou não de organizar-se sindicalmente, o entrevistando expõe:

A prefeitura do Distrito Federal praticamente segurava o magistério primário, inclusive com uma estrutura salarial que era forte, teve momento em que a professora primária era letra “O”, o maior salário. Salário muito bom, representava o salário de coronel. Isso limitava a participação do professor. Não havia reivindicação salarial, a professora primária então, ela estava neste quadro de salário... A bem da verdade tinha duas escolas de formação de professores primários: uma era o Instituto de Educação, que é lá de trás, a outra é a Escola Carmela Dutra,

como você vê que já é uma escola em homenagem ao Dutra, já tem uma história pré-1950. Então estas duas escolas formavam na praça do RJ cerca de 1.200 professoras primárias. Eram turmas de 30 alunos, 20 turmas e estas professoras primárias, todas elas, eram encaminhadas de maneira direta para o magistério primário do município. Então, a prefeitura do Distrito Federal dissolvia 1.200 professoras neste jogo. E isso aí limitava o número de escolas particulares na área do primário (...) Havia poucas escolas primárias que eram de ordem religiosa, então isso aí limitava muito a participação do professor.

Segundo o depoimento do participante da pesquisa a história dessa associação foi marcada pela perseguição e repressão: *“mas eu me recordo de uma greve na década ainda de 50 que eu participei, que foi uma greve muito forte inclusive, tinha as ações de repressão, principalmente do governo Carlos Lacerda, num nível de repressão bem marcada”*. E com o Golpe Militar de 1964 sofre mais uma retaliação: *“O Valdir que era o presidente foi cassado. Eu que tava lá na direção fui também atingido. O Murilão sofre processo, Marina processo, Pará foi demitida da Universidade Federal, que era muito ligada ao Leite Lopes”*. Com isso, a entidade deixa de funcionar.

Assim como os anarquistas mobilizaram sobremaneira o movimento sindical operário, a partir do que se convencionou chamar de anarcossindicalismo, o professorado também teve investimento de mobilização anarquista, em 1926. Contudo, a perspectiva de atuação se vinculou ao mutualismo e não obteve uma fase de combatividade sindical, que servisse de porta-voz dos interesses e reivindicações de direitos dos professores do ensino básico. Certamente, a atuação da CPB por este caminho se deveu ao perfil identitário daquele profissional, pois fica evidente a diferença de caráter nos dois meios organizativos.

As inúmeras greves no período em questão revelaram as precárias condições de trabalho do operariado, além da intensa mobilização. Os professores não detinham melhores condições de trabalho que os trabalhadores manuais, conforme analisado neste capítulo, contudo preferiram criar associações de auxílio mútuo e de viés cultural

ao invés de envidar esforços para a criação de sindicatos e fortalecer a luta em prol de melhorias nas condições de trabalho.

A tentativa de criação de um sindicato “paralelo” pelos anarquistas, após o surgimento do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal da iniciativa privada, e sua efêmera atuação demonstrou a dificuldade de inserção de um tipo de sindicalismo mais combativo, pois aquele se beneficiou dos preceitos do enquadramento sindical do governo de Getúlio Vargas, o que favoreceu o crescimento do número de filiados. Inclusive, um dos maiores incentivos foi a eleição de parlamentares classistas. Sua fase de expressão combativa se deu quando os comunistas assumiram a direção da entidade e imprimiram um cariz reivindicativo à organização.

### **Bibliografia**

CUNHA, Luiz Antônio. “*Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação*”. In: Educação e Sociedade. São Paulo: maio, 1981.

COELHO, Ricardo B. Marques. *O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro 1931-1950*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ ICHF, 1988.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *O Sindicalismo no Distrito Federal – Profissões Liberais*. Boletim nº 14 de 1935.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Ementário dos atos oficiais expedidos de 1930 a 1940*. Rio de Janeiro, Nacional, 1940.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil de 1930 a 1945*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. Tese de Doutorado.

NOSELLA, Paolo. “A Escola Brasileira no Final do Século: Um Balanço”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MASSON, Máximo A. Campos. *Campo Educacional, Magistério e Modernidade: A Situação dos Professores na Sociedade Brasileira*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/FE, 1997.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 1ª reimpressão. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação Para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor*. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Tese de Doutorado, 2008.

SIMÃO, AZIS. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominum Editora, 1966.

STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na Construção do Sindicato Corporativista: 1932-1945*. Niterói: Universidade Federal Fluminense., 1986. Dissertação de Mestrado.